



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009479-58.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro**  
 Requerente: **Bruna Daniele Volpiano de Paula**  
 Requerido: **Allianz Seguros S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que a autora pede indenização securitária pelo furto do veículo VW / Saveiro 1.6 CE Cross, 2013/2013, Placa FGO 6963, no início da madrugada do dia 30.07.2017.

O furto do automóvel está comprovado pela prova oral colhida em audiência, consistente no depoimento pessoal da autora, fls. 421/422, no depoimento de seu marido, fls. 423/424, e no depoimento do tio deste último, fl. 425.

A prova oral resta corroborada pelo documento de fl. 177, indicando que no próprio dia 30.07.2017, às 07:51, o veículo furtado passou por posto de fiscalização em Ponta Porã, cidade do Mato Grosso do Sul que faz divisa com Pedro Juan Caballero, no Paraguai, país para o qual, como é sabido, muitos veículos furtados e roubados são destinados.

Incontroverso que o furto do automóvel constitui risco coberto pela apólice contratada e vigente entre as partes, sendo de rigor o pagamento da indenização, ainda que não na forma postulada pela autora.

Sustenta a ré, em contestação, não existir prova do furto, ou, em outras palavras, que se trataria aqui de comunicação falsa de crime ou fraude para o recebimento da indenização,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

como aliás constou da *notitia criminis* que dirigiu à autoridade policial conforme fls. 183/187.

Considerando que a distância de Ibaté (local do furto) a Ponta Porã (onde o veículo passou às 7:51 do dia 30) é de cerca de 980 quilômetros, há, de fato, algumas incongruências relativas aos horários indicados inicialmente pela autora e seu marido, quais sejam: a hora aproximada do furto, relatada no boletim de ocorrência eletrônico conforme fls. 171/172, é entre 03:00 e 03:59 da madrugada, horário muito tarde, sem tempo hábil para o veículo chegar em Ponta Porã às 07:51; o último horário em que teriam visto o veículo teria sido entre 02:00 e 02:30, conforme cartas de fls. 178/179 e 180/181.

Sem embargo, fato é que a autora e seu marido, com depoimentos confirmados pelo tio deste último, às fls. 421/422, 423/424 e 425, trouxeram elementos claros demonstrando que não se trata de fraude, e sim de confusão relativa aos horários, feita por quem é inexperiente e não atentou à importância de se precisar o máximo possível o ocorrido, confusão esta ainda reforçada pelo regulador de sinistro, que não se ocupou de apurar a verdade e sim de colher elementos contraditórios para justificar a recusa de pagamento.

Aliás, é bom dizer que a autora e seu marido certamente não imaginavam, quando indagados, que os horários indicados seriam tão relevantes, que com base neles a seguradora colocaria em dúvida a própria existência do sinistro.

Na realidade, se a autora e seu marido realmente pretendessem fraudar o seguro, como bem exposto pela autora em réplica, teriam-no feito em relação a Mitsubishi ASX, que até pouco tempo antes era o veículo segurado. Não teriam esperado para praticar a fraude com veículo de valor bem inferior, meses depois da substituição do bem objeto do contrato.

Além disso, também é incompatível com a fraude a boa-fé da autora e seu marido que, como vemos nos autos, inclusive pela prova oral colhida, continuam até hoje pagando as parcelas do financiamento relativo ao bem sinistrado.

Por fim, às fls. 390/391 a autora demonstra como a distância de 980 quilômetros



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

pode ser percorrida em tempo muito inferior às 11 horas referida pela ré na *notitia criminis* (vide fl. 184/185), mesmo porque não se pode imaginar que um criminoso, após subtrair um veículo, ao conduzi-lo com o objetivo de atravessar a fronteira do Paraguai, vá respeitar os limites de velocidade.

A partir dos depoimentos colhidos em audiência, notamos que a autora e seu marido viram a Saveiro, estacionada em Ibaté, pela última vez, mais ou menos entre 00:00 (horário referido pela autora e pelo marido) e 01:00 (horário máximo referido pelo tio do marido da autora). Imaginando-se que o furto tenha ocorrido em algum momento no intervalo, é perfeitamente possível que o veículo, em alta velocidade, passasse por Ponta Porã as 07:51. Confiram-se os cálculos de fls. 390/391.

Por fim, cabe dizer que o ônus probatório a respeito da existência da fraude era da ré. "Como cediço, a má-fé não se presume. Não provada pela ré a alegada fraude, impõe-se o acolhimento do pedido". (STJ, REsp 327.261/MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, 4ªT, j. 16/10/2001).

No caso, a ré não logrou êxito em desincumbir-se do referido ônus. Ao contrário: a prova colhida em audiência reforça a boa-fé da autora e seu marido, assim como que o furto realmente ocorreu.

Quanto à indenização, deverá ser paga na forma do contrato, em especial observando-se a Cláusula 27.3.3 (pagamento à instituição financeira do financiamento, quitando o saldo devedor; quitado o saldo devedor, pagamento complementar à autora).

Não se exigirá da autora, porém, documentos comprovando a inexistência de outros ônus como IPVA, DPVAT e multas, e muito menos o DUT, considerando que o veículo foi furtado e não localizado, ou seja, não haverá salvado a transferir para a seguradora.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar a ré Allianz Seguros S/A a pagar a indenização securitária pelo furto do veículo, no valor de R\$ 33.886,00,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a data do furto, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação, sendo que o pagamento deverá se dar na forma da Cláusula 27.3.3 descrita à fl. 151, ou seja (a) primeiramente à instituição financeira do financiamento (b) se houver saldo remanescente, à autora.

O item "a" tem a natureza de obrigação de fazer. O item "b" tem a natureza de obrigação de pagar quantia mas depende de haver saldo remanescente.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 25 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**